

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado [iii] que está em andamento, intitulada Trajetória da Constituição dos Saberes Elementares do Desenho e da Geometria no Ensino Primário em Sergipe (1890-1970). Tal temática faz parte de um projeto maior intitulado *A constituição dos saberes elementares matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa (1890-1970)*, vinculado ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT). [iv]

Em Sergipe, segundo OLIVEIRA (2004) na última década da Primeira República, ocorreu sucessivos atos dirigidos à instrução pública, com a finalidade de melhorar as condições de funcionamento e de atendimento do ensino primário. As reformas educacionais, promulgadas umas sobre as outras, não contribuíam para a melhoria e ampliação do atendimento do ensino primário, elas apenas favoreciam a descontinuidade e a instabilidade do setor educacional. Essas instabilidades e descontinuidades na escola primária se configuraram como justificativas para a criação de novas iniciativas, propostas e ajustes. Desse modo, não existia uma preocupação por parte do governo em discutir os gargalos que cada reforma educacional deixava ao promulgar uma sobre a outra, apenas faziam ajustes que achavam necessários, sem nenhuma avaliação da estrutura de ensino.

Para este artigo dar sustentação e melhor entender o que foi posto no parágrafo anterior, efetuamos, a seguir um exame de fontes [v] Programas, Leis, Decretos e Regulamentos encontrados no Estado de Sergipe priorizando as temáticas relacionadas aos saberes elementares matemáticos.

2. Um exame dos Programas, Regulamentos, Decretos, Atas, Leis e Relatório sobre a Instrução pública no ensino primário, em Sergipe (1890-1927)

Â

No governo de Felisbello Firmo de Oliveira Freire, foi estabelecido um regulamento da instrução pública instituído pelo Decreto de 14 de março de 1890, que formulou as bases para a nova organização da instrução pública para o ensino primário, secundário e normal. Para o ensino primário previa a adoção do método intuitivo e prático, “[...] marchando sempre do simples para o composto, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do definidos para o indefinido” (SERGIPE, 1890, p.82), e no rol de matérias que constituíam o ensino primário destacamos os saberes elementares matemáticos *Arithmetica e Systema métrico, Geometria Prática e o Desenho Linear*.

A Lei nº 5 de 26 de setembro de 1891, trouxe uma nova nomenclatura para os saberes elementares matemáticos em *Lições de número, Lições de Fórmulas, Lições de Desenho Linéar e Arithmetica*. Nesse período é adotado para o ensino o método de Calkins [vi].

Em 1911 no governo de José Rodrigues da Costa Doria, o Decreto nº 563 de 12 de agosto de 1911 instituiu o regulamento do ensino primário com o propósito de dar “[...] nova organização ao Ensino do Estado” (SERGIPE, 1911, p.5). Essa nova proposta de ensino pretendia romper, com um modelo instituído que era considerado como “[...] o ensino público primário deste Estado é ainda ministrado por métodos obsoletos e condenados pela moderna Pedagogia.” (SERGIPE, 1911, p.13). Esse regulamento determinou que o ensino primário deveria ser ministrado em grupos escolares e em escolas isoladas. O ensino primário seria ministrado em prédios do Estado, mas enquanto os edifícios não fossem construídos a diretoria seria autorizada a alugar casas para as escolas. O governo poderia reunir as escolas em grupos escolares na capital, nas cidades e vilas quando a população exigisse, para que funcionasse em um só prédio e sob uma direção a ser designada pelo Presidente do Estado.

Constata-se a partir do que está posto na documentação que o ano de 1911, ficou sendo o marco da criação dos Grupos Escolares no Estado de Sergipe. Vale destacar que segundo Souza (2009) o Estado de São Paulo teve o pioneirismo na criação do novo modelo de escola primária, denominada “grupo escolar”, em 1893. Ainda de acordo com Souza (2009) esse novo modelo simbolizava a modernização do ensino e tornou referência para os outros Estados. Com a nova organização do ensino primário em grupos escolares de Sergipe, as disciplinas que constituíam os saberes elementares matemáticos passaram a ser denominadas de

Arithmetica até regra de três e o Desenho. Vale destacar a ausência Geometria Linear nesse período.

Um ano após a criação dos grupos escolares em Sergipe, em 24 de setembro de 1912, a Lei nº 605 dá uma nova organização à instrução pública do Estado de Sergipe fazendo alteração na classificação das escolas primárias em: escolas singulares e grupos escolares. Ainda em 1912, o Decreto nº 571 de 19 de outubro de 1912, estabeleceu o desmembramento da instrução em pública e particular, sendo que a instrução pública seria constituída em primária, normal e secundária.

Outro programa examinado foi para o curso primário nos grupos escolares e escolas isoladas de Sergipe, de 1915, as orientações para a *Arithmetica e o Desenho* são bem detalhadas. Para os saberes elementares matemáticos de *Arithmetica*, são apontadas as leituras e cópias das cartas de Parker, o uso do contador mecânico, o contar, os exercícios para conhecer o valor do número; Já o Desenho foi subdividido em Desenho Geométrico “[...] para traçar no quadro negro linhas rectas, curvas, quebradas e, espiral, perpendiculares, paralelas, ângulos, triângulos, cubos, pyramides, circunferências, etc.” (SERGIPE, 1915, p.14).

O programa de ensino para os grupos escolares e escolas isoladas do Estado de Sergipe de 1916, podemos destacar os saberes elementares matemáticos de *Arithmetica e Desenho*, assim como em 1915. Para o ensino de *Arithmetica* as leituras e cópias das cartas de Parker, o uso do contador mecânico, o contar, os exercícios para conhecer o valor do número, etc. Já para o ensino do Desenho a orientação era que:

[...] antes de desenhar observar com muito cuidado o objeto; fazer esboços de leve, mas em traços firmes; e trabalhar os cadernos de Olavo Freire; o uso de cadernos usados, circunferência, raio, diâmetro, corda, arco, flecha, tangente, secante, etc. (SERGIPE, 1916, p.12)

Podemos notar que nesse programa de 1916 não aparece a disciplina Geometria, mas os conteúdos referentes a ela estão inseridos na disciplina de Desenho. E isso confirma o que Leme da Silva (2014) afirma sobre as relações de proximidade entre as matérias Desenho e Geometria que estão presentes na legislação proposta para o curso primário.

Em 30 outubro de 1923, através da Lei nº 852, foram estabelecidas as bases para a última reforma da instrução pública primária e normal do Estado, até 1930. A Lei tinha o objetivo de fornecer os princípios que norteariam a organização do ensino. Quinze itens do artigo 1º foram dedicados ao ensino primário, indicando a estrutura pedagógica e administrativa em que seria moldado o novo Regulamento do Ensino, que entrou em vigor a partir de março de 1924. Através do Decreto nº 867 de 11 de março de 1924 o ensino primário passou a ser dividido em primário elementar e superior. O método de ensino se tratava do intuitivo e prático, por aspecto e por ação, partindo das realidades concretas à dedução, comprovação e generalização das ideias abstratas. No rol de disciplinas, foi percebido a ausência dos saberes elementares matemáticos de geometria, apresentando apenas a disciplina de Desenho com o objetivo de apresentar sentido ao aluno sobre as noções do desenho geométrico e a mão livre, com aplicação prática a indústria, agricultura, etc.

Ainda em 1924, em 20 de dezembro, foi publicado o Decreto nº 892 que aprovou o programa para os cursos primário elementar e superior. O curso primário foi dividido em três graus, onde cada grau seria constituído por disciplinas. No rol de disciplinas nota-se a ausência da Geometria, permanecendo apenas o Desenho. As orientações para o ensino do Desenho aponta o uso dos sete cadernos da coleção de Olavo Freire. Desse modo, os exames realizados nos documentos que deram origem a Reforma do ensino primário de 1924 é possível inquirir algumas indicações no que diz respeito à penetração do ideário da Escola Nova no Estado.

A partir dos documentos examinados e citados nesta pesquisa é possível identificar os procedimentos que vinham sendo incorporados nos Regulamentos dirigidos à Instrução Primária no Estado, cuja principal característica identificada foi a necessidade de tentar resolver as carências que se perpetuavam na instrução pública. Foram incorporados também elementos nos conteúdos de ensino e na orientação da forma de ministrá-lo. Houve críticas referentes ao método e à carência de material para desenvolvê-lo, sendo apontados como um dos aspectos mais importantes da deficiência do ensino.

Além disso, pudemos notar a ausência de discussões pontuais por parte dos professores, pais de alunos, diretores das escolas, sobre as mudanças e permanências de cada Reforma da instrução primária e suas interferências diretas e indiretas na vida escolar do aluno no ensino primário. Assim, a partir dessas inquietações, fomos em busca de novas fontes para levantarmos discussões em torno dos problemas da instrução pública com argumentos de autoridade.

As discussões em torno dos problemas da instrução pública estão postas na primeira e na terceira *Atas da reunião preparatória do Congresso dos Professores Primários*, em 15 de agosto de 1925. Na terceira Ata são apresentados os questionamentos a serem discutidos, e foram classificados em seções. A primeira seção foi intitulada "Organização interna e externa do ensino", e dentro dessa seção podemos citar alguns dos questionamentos apresentados para discussão:

- A atual organização escolar atende às necessidades do ensino Se não, que melhor se pode fazer
- Há vantagem em prolongar por seis anos o curso primário
- Há vantagem na uniformidade de programa a todas as escolas
- Que meios práticos poderão despertar no povo o interesse pelo ensino, sua intensificação e aperfeiçoamento
- As garantias legais que cercam o professorado sergipano são suficientes para estimular-lhe o interesse e a dedicação, como é de mister ao êxito da sua missão
- Até que ponto pode o Governo do Estado tornar obrigatório o ensino primário
- A escola primária deve ter por missão formar produtores O que pode a escola primária em relação ao ensino profissional O que convém a ambos os ensinos
- O professorado primário poderá com vantagem auxiliar a Diretoria da Instrução na organização da estatística escolar No caso afirmativo, por que meios
- Há conveniência em suprimir no ensino primário o curso médio
- Em vista da difusão atual da instrução do povo e, considerando a tendência 16 – Na hipótese figurada, a quem deve cair a responsabilidade imediata da orientação e da inspeção do ensino
- 20 – Estatística escolar e meios de efetuá-la.

Â

A terceira seção da Ata intitulada "Prática pedagógica, Higiene e Educação Escolar" apresentam também alguns questionamentos, tais como:

- Que é que se denominam estudos parasitários na escola, e até que ponto podem eles embaraçar ou diminuir a eficácia pedagógica na escola primária
- Qual será mais vantajoso, começar o ensino pedagógico pelos conhecimentos teóricos ou pela prática
- Qual a duração das lições Qual a duração dos recreios
- Da possibilidade de ser aplicado o modo simultâneo do ensino nas aulas regidas por um só professor.
- É indiferente a índole geral evidências físicas do povo a escolha de um método geral de ensino Se não, é conveniente a adoção o método analítico puro Se não, qual o método preferível
- Do ensino artístico na escola primária, seu valor pedagógico e meios de desenvolvê-lo.

Â

O Congresso não foi realizado por motivos que não estão explícitos nos documentos examinados, no entanto, as questões formuladas apontam para os problemas que eram considerados como de maior relevância para a melhoria das condições de funcionamento e atendimento da instrução primária no Estado. As Atas eram assinadas por professores que se distinguiam no meio educacional do Estado de Sergipe.

No teor das preocupações já se encontram elementos que vinham sendo discutidos relacionados aos princípios da "escola nova", no entanto essa não parecia ser a principal questão. Os problemas diziam respeito às insuficiências históricas que faziam com que esse nível de ensino primário continuasse a não responder aos fins aos quais se destinava.

Na ordem dos problemas se encontrava: a organização do ensino no Estado, elevando para seis anos o ensino primário completo, a uniformidade dos programas escolares, o êxito da missão do professor, as caixas escolares, a obrigatoriedade do ensino, a estatística escolar, a inspeção escolar, as condições físicas e a higiene nas escolas, a criação dos Jardins de Infância, o ensino profissional, as garantias legais para os professores, o método intuitivo, sua generalização e aplicação.

As discussões desses pontos foram, posteriormente, publicadas por Helvécio Andrade no documento intitulado "Memória a um Projetado Congresso de Professores Primários, em Aracaju (1925 -1926)". Neste documento há críticas as Reformas que se sucediam umas sobre as outras, considerava que foi a partir da Reforma de 1911, quando foi instituído o método intuitivo, criados os grupos escolares que se "abriu ao ensino sergipano largas portas para o ensino e para o progresso". Modelado pelos surtos da "escola nova", terá entretanto de conformar-se com as possibilidades do meio e com o nosso incompleto aparelho escolar" (ANDRADE,1927, p. 2).

Considerava ainda que:

Até aqui temos atribuído à escola primária funções complexas, que lhe alteram o caráter próprio. A escola primária, ou antes a educação básica que cumpre ao Estado democrático dar gratuitamente às crianças, deve desmembrar-se em graus que lhe assegurem completo êxito: a escola maternal, a escola primária, a escola técnica. Amplos fossem os recursos, e eu proporia a subdivisão do primário em médio e complementar (ANDRADE, 1927, p. 6).

Â

ÂSegundo Andrade (1927), a reforma de 1911, sob o governo de Rodrigues Doria, orientada pelo professor paulista Dr. Carlos da Silveira, foi alterada por sucessivos regulamentos. Considerava que

O programa do ensino primário não deve ultrapassar os fins da escola primária: ler, escrever, contar bem, e fornecer as noções gerais de coisas indispensáveis à primeira formação do espírito infantil. Sem dúvida comporta o ensino primário desdobramentos, mas as necessidades do momento ficarão satisfeitas com simples escolas bem aparelhadas e orientadas pelo método objetivo (ANDRADE, 1927, p.2).

ÂO método intuitivo introduzido em Sergipe desde 1911 tinha perdido o caráter de método geral e se achava mesclado por práticas obsoletas. Como prioridade estava a necessidade de restaurar o método geral tanto para eficiência do ensino como para formar orientadores capazes. Concluía que não fazia muito tempo que, passando por uma escola, ouvia cantar as tabuadas como há 50 anos. Considerava que

O método é o caminho a seguir no ensino; logo um professor que não tem um bom método, marcha às cegas, sem segurança nos passos do programa; perde tempo e esforço. Ora, o bom método no ensino primário, o que melhor objetiva as lições, o que mais interessa a criança, o que mais desperta a atenção, o que maior soma de imagens claras fornece à memória infantil é, em suma, o método intuitivo-analítico (ANDRADE, 1927, p.3).

Sobre o método intuitivo considerava que:

Â

A pratica do methodo intuitivo na escola primaria, desde que foram sendo substituídas nos grupos as primarias professoras escolhidas, perdeu pouco a pouco a sua pureza, até confundir-se com outras praticas, do que só resultou confusão e desordem. (ANDRADE,1927, p.9).

Â

Sobre os saberes elementares matemáticos de Desenho,

O ensino do Desenho será de modo que as alunas desenhem rapidamente os objetos do ensino primário (ANDRADE, 1927, p.10).

Â

Sobre os inspetores de ensino, informava que estes tinham perdido, em grande parte, a influência sobre a organização técnica e administrativa da escola e que por consequência o que se via era "escolas não visitadas e práticas não examinadas, são coisas que não subsistem à tendência para o descanso, a indisciplina, o abandono.

E conclui que:

O resultado não se fez esperar: a ordem pedagógica alterada, o método abandonado ou sacrificado. Junte-se a isso a falta de fiscalização e o favor criminoso ou inconsciente, determinando o abandono das cadeiras, e teremos a explicação do singular fenômeno da infrequência desses estabelecimentos, enquanto as escolas particulares regurgitam de crianças (ANDRADE, 1927, p.15).

3. Considerações

Â

No intuito de compreender como os saberes elementares matemáticos e o método intuitivo estavam postos nas fontes legais encontradas e apresentadas durante o texto, o exame permite afirmar que os saberes elementares matemáticos nos programas de 1912, 1915, 1916 e 1924 há poucas alterações em relação ao saberes elementares de aritmética. No programa de 1916 não aparece a disciplina Geometria, mas os conteúdos referentes a ela estão inseridos na disciplina de Desenho. Já no Programa de 1924 em relação aos conteúdos, vale destacar que os saberes geométricos foi subdividido em saberes aritméticos. Através do exame é possível afirmar que em Sergipe de 1911 a 1924 a recomendação era para que o ensino dos saberes elementares matemáticos fossem efetuados pelo método intuitivo, buscando sempre a forma mais prática, partindo das realidades concretas à dedução. Para tanto, o professor deveria fazer uso de recursos, como cartas de Parker, contadores mecânicos, etc.

Desse modo, as fontes nos permite identificar também os procedimentos que vinham sendo incorporados nos Regulamentos dirigidos à Instrução Primária no Estado, cuja principal característica identificada foi a necessidade de tentar resolver as carências que se perpetuavam na instrução pública em Sergipe. Foram incorporados também elementos nos conteúdos de ensino dos saberes elementares matemáticos, na orientação da forma de ministrar as atividades e mudanças na nomenclatura desses saberes como: *Desenho Linear e Geometria prática (1890)*, *Lições de formas e Lições de Desenho Linear (1891)*, *Desenho Geométrico de cópia e invenção (1931)*; Houve críticas referentes ao método intuitivo e à carência de material para desenvolvê-lo, sendo apontados como um dos aspectos mais importantes da deficiência do ensino.

Â

4. Referências

GOMES, Maria Laura Magalhães. **Lições de coisas:** apontamentos acerca da geometria no manual de Norman Allison Calkins (Brasil, final do século XIX e início do XX) Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 11, n. 2 (26), p. 53-80, maio/ago. 2011.

LEME DA SILVA, Maria Célia. **Desenho e Geometria na escola primária:** um casamento duradouro que termina com separação litigiosa, Hist. Educ. [online] Porto Alegre v. 18 n. 42 Jan./abr. 2014 p. 61-73.

OLIVEIRA, D. A. **Legislação e Educação:** o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República – 1889/1930. Tese. Universidade Federal de São Carlos, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima. **Alicerces da pátria:** História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

Publicações Oficiais

ANDRADE, Andrade. **Memória a um projetado Congresso de professores primários, em Aracaju (1925-1926).** Aracaju: Typ. do Sergipe Jornal, 1927.

SERGIPE. Acta da primeira reunião Preparatória do Congresso para os Professores Primários. Aracaju: Diário Oficial do Estado de Sergipe, 1925.

SERGIPE. Acta da terceira reunião Preparatória do Congresso para os Professores Primários. Aracaju: Diário Oficial do Estado de Sergipe, 1925.

SERGIPE. Compilação de Leis e Decretos do Estado de Sergipe. Decreto nº 37 de 14 de março de 1890. Aracaju: Imprensa Oficial, 1890.

SERGIPE. Compilação de Leis e Decretos do Estado de Sergipe. Lei nº 5 de 26 de setembro de 1891. Aracaju: Imprensa Oficial, 1891.

SERGIPE. Coleção de Leis e Decretos de 1911. Decreto nº 563 de 12 de agosto de 1911. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1911.

SERGIPE. Coleção de Leis e Decretos de 1912. Decreto nº 571 de 19 de outubro de 1912. Aracaju, Typ. d' O Estado de Sergipe, 1912.

SERGIPE. Programa para o Curso Primário nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1915.

SERGIPE. Programa para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe de Aracaju: Typ. d' O Estado de Sergipe, 1916.

SERGIPE. Regulamento da Instrução Pública. Decreto nº 867 de 11 de Março de 1924. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924.

SERGIPE. Diário Oficial do Estado de Sergipe, Anno V, 36ª Republica n.1470, Aracaju, 21 de dezembro de 1924.

Â

[i] Entende-se por "saberes elementares matemáticos" - e no período estudado - aqueles conteúdos da matemática escolar presentes para ensino no curso primário.

[ii] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGECIMA) pela Universidade Federal de Sergipe, Licenciada em Matemática pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca (2013), Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: simonefonsecasilva@hotmail.com

[iii] Orientada pela prof.ª Dr.ª Ivanete Batista dos Santos.

[iv] Coordenado pelo professor doutor pesquisador Wagner Rodrigues Valente.

[v] Regulamentos, decretos, leis, programas, atas e relatório.

[vi] Manual para pais e professores de autoria do educador norte-americano Norman Allison Calkins, denominado Primary object lessons for training the senses and developing the faculties of children. A manual of elementary instruction for parents and teachers, e publicado originalmente nos Estados Unidos em 1861.

Essencial ao interesse por essa obra é o fato de ela ter tido ampla circulação no Brasil nas duas décadas finais do século XIX e nas duas iniciais do século XX, graças à tradução realizada por Rui Barbosa, publicada originalmente em 1886, no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional (GOMES, 2011, p.2-3).

Recebido em: 29/06/2014

Aprovado em: 29/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: